



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**10/01/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CORREGEDOR.....	1 - 2
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	3 - 4
1.3. PRESIDÊNCIA.....	5 - 6
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	7 - 10
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CNJ.....	11 - 12
3.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	13 - 14
3.3. PRESIDÊNCIA.....	15
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	16
4.2. COMARCAS.....	17
4.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	18 - 23
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CNJ.....	24 - 25
5.2. CORREGEDOR.....	26 - 28
5.3. PRESIDÊNCIA.....	29
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CNJ.....	30 - 31
6.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	32
6.3. PRESIDÊNCIA.....	33
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	34 - 37
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	38 - 41
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	42
9.2. CNJ.....	43 - 44
9.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	45 - 53
9.4. PRESIDÊNCIA.....	54 - 55

10/01/2014 - JORNAL A TARDE

1º CADERNO - GERAL - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 48 ( 12 x 4 col )

CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA, DESEMBARGADORA NELMA SARNEY, EMITE NOTA EM APOIO AOS MAGISTRADOS DO MARANHÃO

---

**Corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, emite nota em apoio aos magistrados do Maranhão**



➡ Correãedora-aeral da Justica,  
desembaraadora Nelma Sarney

**Pág. 2**

## Corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, emite nota em apoio aos magistrados do Maranhão



Corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney

Tendo em vista reportagem veiculada no Jornal do Maranhão 2ª edição, da TV Mirante, de 08 de janeiro, especificamente no que trata da entrevista da corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, acerca da crise no Sistema Carcerário do Maranhão, a corregedora faz os seguintes esclarecimentos aos juizes do Maranhão e à sociedade:

1. O trecho da entrevista veiculada na reportagem não corresponde ao contexto em que a mesma foi concedida;

2. O foco da entrevista era informar que medidas concretas a Corregedoria Geral da Justiça já havia adotado com o fim de contribuir para a solução da

crise no sistema prisional. Ao contrário do que foi veiculado na reportagem, em nenhum momento a corregedora-geral da Justiça assumiu ou atribuiu ao Poder Judiciário, nem a qualquer de seus membros, a responsabilidade pela causa da superpopulação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas;

3. Outros dois pontos abordados trataram da possibilidade de transferência de presos para presídios federais e sobre a superpopulação carcerária. Quanto à transferência, foi afirmado que essa é uma medida a ser adotada pela Secretaria de Administração Penitenciária e pelos juizes competentes para cada caso, considerando a autonomia que

estes têm para decidir sobre a questão;

4. A Corregedoria da Justiça esclarece que a superpopulação carcerária é consequência da falta de vagas nas unidades prisionais para atender o quantitativo de presos. Reforça que o problema se agrava pela ausência de mais de duas mil vagas no Sistema Penitenciário e pela falta de unidades prisionais em todo Estado, ficando a população carcerária concentrada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital. Enfatiza que a política carcerária, hoje, no Brasil fere o Pacto da São Jose da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário desde 1992, e a nossa Constituição Federal.

5. A corregedora-geral da Justiça desde o início da crise vem se manifestando solidária em apoiar as instituições envolvidas em solucionar o problema carcerário, promovendo, inclusive, reuniões interinstitucionais para discussão e solução da problemática.

6. Destaca que a condição provisória dos presos não é ilegal e que a soltura,

indiscriminada, dos presos, ainda que provisórios, podem colocar em risco o próprio povo maranhense.

7. A desembargadora Nelma Sarney reforça que os magistrados vêm cumprindo efetivamente o seu papel institucional no sentido de garantir a paz social, fato comprovado pelos mais de onze mil mandados de prisão emitidos pelos juizes e ainda não cumpridos pelas forças policiais.

8. A Corregedoria Geral da Justiça comunica que todas as medidas já adotadas foram comunicadas à Corregedoria Nacional da Justiça - CNJ.

9. Por fim, a corregedora-geral destaca seu apoio incondicional e confiança nos juizes do Maranhão, reforçando que seu objetivo maior é a valorização dos magistrados nos aspectos de segurança, saúde e infraestrutura, visando a garantir melhor prestação dos serviços à sociedade.

São Luís (MA), 09 de janeiro  
de 2014

Desembargadora Nelma Celeste  
Sousa Silva Sarney Costa  
Corregedora-geral da Justiça

  
**Froz Sobrinho destaca iniciativas do  
Judiciário para melhoria do sistema carcerário**



## Froz Sobrinho destaca iniciativas do Judiciário para melhoria do sistema carcerário



Froz Sobrinho

O coordenador geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho, afirmou que o Poder Judiciário vem intensificando uma atuação direta para agilizar e minorar a situação de presos provisórios e definitivos do Estado.

“A realização de mutirões carcerários nos anos de 2006, 2010, 2011 e em 2013, sob coordenação do próprio Tribunal de Justiça, propiciou análises judiciais de 14.800 processos criminais, diminuição do tempo para julgamento de presos provisórios, bem como concessão de benefícios

penais”, ressalta.

Segundo Froz, houve diminuição da taxa de encarceramento de 91,06 presos por 100 mil habitantes em 2010 para 80,84 presos por 100 mil habitantes em 2013, como fruto do trabalho do Tribunal de Justiça na efetivação dos direitos da população carcerária.

“A criação da UMF – primeira e única no âmbito dos tribunais brasileiros – demonstra que o Judiciário maranhense procura dar mais eficiência e agilidade em seus processos e procedimentos. Sua atuação é imprescindível para o melhoramento processual da execução penal no Estado, ainda que suas atri-

buições sejam limitadas, não abarcando, nem substituindo as do Poder Executivo, que como é sabido é o titular direto da administração penitenciária”, frisa o magistrado.

Ele diz que as atividades desenvolvidas pela UMF são diversas, todas relacionadas as questões carcerárias e os projetos elaborados e desenvolvidos pela Unidade estão alinhados ao planejamento Estratégico do Tribunal e as determinações do Conselho Nacional de Justiça.

“As ações e intermediações realizadas pela UMF envolveram diversos setores, notadamente pela relação de parceria mantida ao longo do exercício anterior com o Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública, sociedade civil, associações, sindicatos e sociedades empresariais”, explica.

Para o desembargador, o aperfeiçoamento dos sistemas processuais do Tribunal, a virtualização dos processos de execução penal, abertura de procedimentos administrativos para apuração dos casos de mortes e fugas, o apoio à criação e fortalecimento dos

Conselhos da Comunidade e das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) no Estado, evidenciam a atuação intensa e específica do Judiciário, por intermédio da UMF.

O magistrado salienta que através do Programa Começar de Novo em parceria com outras instituições, a UMF realizou semanas de documentação em unidades prisionais de cinco municípios, possibilitando a emissão de 1.154 documentos pessoais de apenados, além de acompanhar ações realizadas por outras instituições na área da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, com 87 apenados beneficiados.

“No campo da saúde mental dos encarcerados, realizamos o acompanhamento das medidas de segurança através de visitas a hospitais e clínicas psiquiátricas para articulação da rede de atenção em saúde mental, fortalecimento do núcleo de perícias psiquiátricas, bem como intensificamos neste ano o acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei”, assinala.

## PRESIDENTE DO TJMA OUVRE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, recebeu a diretoria do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus) para tratar de uma pauta de reivindicações da classe relacionadas à reposição de perdas salariais, atualização de benefícios sociais e da carreira dos servidores.

Entre outras propostas, o presidente do Sindjus, Anibal Lins, solicitou a mudança da data-base de negociação salarial dos servidores, do mês de março para janeiro; a atualização dos valores dos auxílios sociais de alimentação e saúde e a aplicação do percentual de 11,98% (URV) sobre o valor da produtividade dos oficiais de Justiça e comissários, tendo em vista não terem sido contemplados com a correção das verbas concedida aos servidores em geral

## Falta de defensores públicos preocupa presidente do TJMA

A necessidade de mais defensores públicos para atuar na defesa das partes em processos na Justiça estadual foi reafirmada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, aos membros da administração superior da Defensoria Pública do Estado (DPE).

“O trabalho dos defensores é fundamental para impulsionar o andamento processual e observou que a carência desses profissionais concorre para o agrava-

mento dos problemas verificados no sistema penitenciário da capital”, afirmou Cleonice Freire.

A desembargadora manifestou ao defensor público-geral, Aldy Melló, o interesse do Tribunal de Justiça em apoiar o fortalecimento da Defensoria Pública. “A promoção do acesso do cidadão à Justiça e a celeridade processual são metas prioritárias de gestão e a presença do defensor público é fundamental para solucionar a demanda judicial”, justificou a magistrada.

## Froz Sobrinho destaca iniciativas do TJ para melhoria do sistema carcerário



O coordenador geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho (foto), afirmou que o Poder Judiciário vem intensificando uma atuação direta para agilizar e minorar a situação de presos provisórios e definitivos do Estado. **PÁGINA 3**

## Froz Sobrinho destaca iniciativas do TJ para melhoria do sistema carcerário

O coordenador geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho, afirmou que o Poder Judiciário vem intensificando uma atuação direta para agilizar e minorar a situação de presos provisórios e definitivos do Estado.

"A realização de mutirões carcerários nos anos de 2006, 2010, 2011 e em 2013, sob coordenação do próprio Tribunal de Justiça, propiciou análises judiciais de 14.800 processos criminais, diminuição do tempo para julgamento de presos provisórios, bem como concessão de benefícios penais", ressalta.

Segundo Froz, houve diminuição da taxa de encarceramento de 91,06 presos por 100 mil habitantes em 2010 para 80,84 presos por 100 mil habitantes em 2013, como fruto do trabalho do Tribunal de Justiça na efetivação dos direitos da população carcerária.

"A criação da UMF – primeira e única no âmbito dos tribunais brasileiros – demonstra que o Judiciário maranhense procura dar mais eficiência e agilidade em seus processos e procedimentos. Sua atuação é imprescindível para o melhoramento processual da execução penal no Estado, ainda que suas atribuições sejam limitadas, não abarcando, nem substituindo as do Poder Executivo, que como é sabido é o titular direto da administração penitenciária", frisa o magistrado.

Ele diz que as atividades desenvolvidas pela UMF são diversas, todas relacionadas as questões carcerárias e os projetos elaborados e desenvolvidos pela Unidade estão alinhados ao planejamento Estratégico do Tribunal e as

determinações do Conselho Nacional de Justiça.

"As ações e intermediações realizadas pela UMF envolveram diversos setores, notadamente pela relação de parceria mantida ao longo do exercício anterior com o Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública, sociedade civil, associações, sindicatos e sociedades empresariais", explica.

Para o desembargador, o aperfeiçoamento dos sistemas processuais do Tribunal, a virtualização dos processos de execução penal, abertura de procedimentos administrativos para apuração dos casos de mortes e fugas, o apoio à criação e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) no Estado, evidenciam a atuação intensa e específica do Judiciário, por intermédio da UMF.

O magistrado salienta que através do Programa Começar de Novo em parceria com outras instituições, a UMF realizou semanas de documentação em unidades prisionais de cinco municípios, possibilitando a emissão de 1.154 documentos pessoais de apenados, além de acompanhar ações realizadas por outras instituições na área da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, com 87 apenados beneficiados.

"No campo da saúde mental dos encarcerados, realizamos o acompanhamento das medidas de segurança através de visitas a hospitais e clínicas psiquiátricas para articulação da rede de atenção em saúde mental, fortalecimento do núcleo de perícias psiquiátricas, bem como intensificamos neste ano o acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei", assinala.

## SISTEMA CARCERÁRIO

# ROSEANA SARNEY DISCUTE CRISE COM O MINISTRO DA JUSTIÇA



**Governadora Roseana Sarney em reunião com o ministro José Eduardo Cardozo e representantes do TJ, MPMA, DPE, AL e do sistema de Segurança**

**A** governadora Roseana Sarney reuniu-se com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ontem (9), no Palácio dos Leões (Centro). No encontro, os dois trataram sobre ações para o reaparelhamento do sistema prisional maranhense.....**PÁGINA 3**

## BUSCA DE SOLUÇÃO

# Ministro da Justiça e Roseana discutem crise no sistema carcerário do MA

A governadora Roseana Sarney reuniu-se com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ontem (9), no Palácio dos Leões (Centro). No encontro, os dois trataram sobre ações para o reaparelhamento do sistema prisional maranhense.

"O ministro Eduardo Cardozo veio firmar, por meio do Governo Federal, uma parceria para que as ações do reaparelhamento do sistema penitenciário do Maranhão sejam mais rapidamente estabelecidas. Desde o início do governo, determinei este reaparelhamento, principalmente com a construção das novas unidades prisionais. Mas, infelizmente, estourou esta crise, a partir da disputa pelo tráfico de drogas, que hoje é um problema em todo o Brasil. E aqui no Maranhão temos duas facções que estão dentro da Penitenciária de Pedrinhas e disputam poder, disse a governadora Roseana.

Durante a reunião, foram apresentados os detalhes das ações realizadas até o momento e algumas das medidas a serem tomadas em parceria com o Ministério da Justiça, para a resolução dos problemas no setor carcerário do estado. "Nesta reunião estamos definindo as diretrizes de um plano de emergência, que inclusive já foi implantado em outros estados que passaram por problema semelhante, e nele teremos medidas para enfrentar esta situação", comentou Roseana.

De acordo com o ministro Eduardo Cardozo, a crise no sistema penitenciário não é exclusiva do Maranhão, já tendo acontecido em outros estados; para reverter a situação, o Ministério da Justiça trabalha em conjunto com o Governo do Maranhão na elaboração do Plano de Emergência, que será posto em prática por meio de um Comitê Gestor Integrado.

"Já fizemos isso em outros estados da federação como São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina. Para o

Maranhão temos trabalhado na verificação das situações e, por isso, trazendo aspectos inovadores. O que temos neste plano são 11 medidas concretas, que determinam como deve ser enfrentado o problema na segurança pública do estado. Dentre essas medidas, temos fixação de datas, nomes e outras informações confidenciais que fazem parte de estratégias de ações de segurança que serão implementadas no sistema penitenciário do estado", explicou o Ministro.

Para ele, um dos pontos de diálogo do plano é a possibilidade de remoção dos presos para presídios federais. "Temos conversado sobre o assunto e em outros estados a remoção dos presos teve resultados positivos, especialmente nos casos de situação de crise aguda. Este é um dos pontos que está no nosso plano de ação e temos dialogado sobre como será feito", afirmou o ministro.

Plano de Emergência - Durante toda a tarde de ontem, 9, o ministro Eduardo Cardozo, a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki, o diretor de Políticas Penitenciárias, Fabrício Neto, a governadora Roseana e seu secretariado, além de representantes do Tribunal de Justiça (TJMA), Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública Estadual (DPE), do Legislativo, do sistema de Segurança Pública, estiveram reunidos elaborando o Plano de Emergência de Ações, que apresenta soluções para o enfrentamento a violência nos presídios maranhenses. Conheça as onze medidas:

- Criação do Comitê Gestor Integrado, formado pelos três poderes do Estado – legislativo, judiciário e executivo – a secretária nacional de Segurança Pública, o Ministério Público, as polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, Defensoria Pública da União e os órgãos de justiça, e terá como objetivo

compartilhar e integrar ações de segurança.

- Remoção de Presos para presídios federais

- Mutirão das Defensorias, em que serão reunidos defensores estaduais, federais – podendo, inclusive ser chamados defensores de outros estados – para, com celeridade, identificar as perspectivas das penas de cada detento do sistema prisional maranhense, com o intuito de respeitar os direitos de cada um.

- Reforço da Força Nacional no estado.

- Integração com a Justiça, em que, após criado o Mutirão das Defensorias, serão realizadas reuniões com juizes e promotores para que o trabalho do mutirão tenha mais eficiência e celeridade.

- Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Prisional, que estabelecerá procedimentos internos nos presídios para detectar infrações e implantar ações de combate a estas.

- Plano de Realocação Prisional, a ser executado em consonância com o plano de inteligência e integrar às novas unidades prisionais.

- Plano Conjunto de Assistência ao Preso, que tem por objetivo garantir direitos e assistência ao preso e seus familiares

- Saúde Prisional

- Plano de Atendimento e Capacitações aos Policiais, que visa dar assistência ao corpo de profissionais que atuam nos presídios.

- Plano de Alternativas Penais e Monitoramento de Presos, que avaliará opções de penas aos presos, baseados no monitoramento eletrônico e penas alternativas.

**INVESTIMENTOS** - O Governo do Maranhão está realizando investimentos da ordem de R\$ 131 milhões para o reaparelhamento do sistema penitenciário do estado, contemplando a construção de novas unidades prisionais, medida que elevará o

número de vagas.

Já está em construção um presídio de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas). Estão em obras de reforma e ampliação as unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas).

Outras medidas estão sendo tomadas pelo Governo do Estado para o reaparelhamento do sistema prisional, o que possibilitará que até dezembro de 2014 o Maranhão conte com reforço de 2.800 novas vagas, eliminando o déficit carcerário no estado.

Todo esse esforço do governo visa devolver a normalidade ao sistema prisional do estado e assegurar os direitos e a integridade de seus usuários. No caso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, uma Comissão de Investigação, criada logo após as denúncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está acompanhando os trabalhos nos presídios.

Além disso, por determinação da governadora Roseana Sarney, foi criada a Diretoria de Segurança dos Presídios do Maranhão, que está atuando desde o dia 27 de dezembro de 2013, reforçando a segurança interna nas unidades prisionais da Região Metropolitana de São Luís.

Essa ação está sendo realizada em parceria pela Polícia Militar, Força Nacional de Segurança e Agentes Penitenciários.

**OPERAÇÕES** - Ainda como medida para garantir tranquilidade à população de São Luís, policiais militares, civis e do corpo de bombeiros estão distribuídos em todas as regiões da cidade, realizando operações em pontos estratégicos.

O Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, com apoio de homens do Batalhão de Choque, de todas as unidades e aeronaves do Grupo Tático Aéreo (GTA) também integram essa força-tarefa.

**EM 10 ANOS, MA CRIOU 26% DAS VAGAS PREVISTAS PARA PRESOS**

PAG.08

# Em 10 anos, MA criou 26% das vagas previstas para presos

O Ministério da Justiça informou que, nos últimos dez anos, o governo federal enviou R\$ 52 milhões ao Maranhão destinados à criação de 1.621 novas vagas para presos por meio da construção de presídios ou da ampliação dos já existentes. De acordo com o ministério, das vagas previstas, foram criadas até agora 418 (26% do total).

Os R\$ 52 milhões são referentes a sete contratos firmados pela União com o governo estadual. Desses contratos, dois foram finalizados, dois estão em vigência - mas com obras paradas - e três foram cancelados, segundo o governo federal. Questionado pelo G1 para explicar a não execução dos serviços, o governo do Maranhão não havia se manifestado até a publicação desta reportagem.

O sistema prisional do estado enfrenta uma crise que, na quarta-feira (8), motivou um pedido de apuração feito ao Brasil pela Organização das Nações Unidas (ONU). Um relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgado em dezembro apontou que, no ano passado, 59 presos foram mortos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

Nesta semana, o jornal "Folha de S.Paulo" divulgou um vídeo feito pelos próprios detentos que mostra presos decapitados nas celas. Na semana passada, uma onda de ataques na capital maranhense, deflagrada a partir de ordens emitidas por presidiários dentro de Pedrinhas, resultou na morte de uma menina de 6 anos, que teve 95% do corpo queimado em um atentado a ônibus.

**Contratos cancelados** - Dos sete contratos firmados nos últimos dez anos pelo governo federal com o Maranhão, os três cancelados envolviam R\$ 23,9 milhões para a abertura de 681 vagas no sistema prisional, segundo o Ministério da Justiça.

Em um dos casos, que previa a construção do Presídio Regional de Pinheiro (documento assinado em 2004), o cancelamento foi motivado porque o prazo de vigência do contrato expirou, sem que a obra tivesse sido sequer iniciada. A previsão era abrir 168 novas vagas no local.

Nas outras duas situações, a razão da suspensão foi o descumprimento do prazo para o início das obras, segundo o Ministério da Justiça. Esses contratos são referentes à construção da Cadeia Pública de Pinheiro (contrato assinado em 2011), que previa mais 129 vagas; e da Cadeia Pública de Santa Inês (firmado em 2011), que determinava a criação de outras 384 vagas. Nenhuma dessas obras foi iniciada.

De acordo com o Ministério da Justiça, os contratos das cadeias públicas de Santa Inês e de Pinheiro foram cancelados em razão do Decreto de Restos a Pagar (nº 7.654/2011), que estipulou o dia 30 de junho do ano passado como data para o início dos trabalhos.

Segundo o ministério, esses três contratos somavam R\$ 23,9 milhões em recursos federais e R\$ 3,9 milhões em recursos estaduais, e resultariam na criação total de 681 vagas para presos.

**Contratos ativos** - Os contratos atualmente ativos - para

a construção da Penitenciária de Imperatriz e da Cadeia Pública de Bacabal - somam R\$ 13,5 milhões em recursos federais e R\$ 2,3 milhões em recursos estaduais para a abertura de 522 novas vagas no sistema prisional do estado.

No caso de Imperatriz, de acordo com o Ministério da Justiça, as obras estão paralisadas por questões contratuais do governo estadual com a construtora. No de Bacabal, estão em fase de licitação.

**Contratos finalizados** - Nos contratos finalizados - o da construção da Penitenciária Feminina do Estado do Maranhão e o de ampliação do Presídio de São Luís -, o governo federal informou ter investido cerca de R\$ 15 milhões, enquanto o governo estadual injetou aproximadamente R\$ 1,9 milhão. Com a conclusão das obras, foram geradas 418 vagas para detentos.

**Outro lado** - Em nota oficial o governo do Maranhão diz que foi enviado ao Ministério Público Federal (MPF) um relatório em que "já apresentou o detalhamento das ações desenvolvidas para reaparelhamento e modernização de todas as unidades do sistema carcerário do estado".

Segundo o governo, o documento traz as obras em andamento para ampliar o número de vagas do sistema carcerário no estado e a situação de cada unidade em reforma e em construção. "Também estão detalhadas informações sobre o reaparelhamento de todas as unidades prisionais do Maranhão e sobre todos os investimentos que foram realizados antes e após ter

sido decretada situação de emergência em outubro do ano passado, quando o Governo do Estado solicitou o reforço da Força Nacional para a garantia da segurança no Complexo Penitenciário de Pedrinhas", diz a nota assinada pela Secretaria de Comunicação Social.

**Fiscalização** - Para liberar a execução das obras, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) avalia os projetos de arquitetura, "condicionando" a aprovação à "adequação das normas de edificação prisional existentes e demais documentações, a exemplo de licenças estaduais, alvarás e titularidade do imóvel", entre outros, informou o Ministério da Justiça.

A Caixa Econômica Federal participa da análise de projetos complementares de engenharia, da avaliação da documentação para licitação, da realização de medições e consequentes liberações de recursos às obras e dos procedimentos de prestação de contas de toda a operação. A fiscalização é da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo o Ministério da Justiça, além de obras de construção e ampliação de prisões, houve outras iniciativas para melhorar o sistema penal do Maranhão, como implantação de uma central de penas alternativas, capacitação de servidores, profissionalização de presos, assistência jurídica aos detentos, aparelhamento de unidades de saúde, implantação de uma Escola de Gestão Penitenciária e doação de 11 veículos especializados para o transporte de presos.

# GOVERNADORA ROSEANA TRATA SISTEMA CARCERÁRIO COM MINISTRO DA JUSTIÇA



*A governadora Roseana Sarney se reuniu ontem com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no Palácio dos Leões (Centro). No encontro os dois trataram sobre ações para o reaparelhamento do sistema prisional maranhense. **PAG.03***

# Roseana trata sistema carcerário com ministro

A governadora Roseana Sarney se reuniu ontem com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no Palácio dos Leões (Centro). No encontro os dois trataram sobre ações para o reaparelhamento do sistema prisional maranhense.

Roseana Sarney apresentou os detalhes das ações realizadas até o momento para a resolução dos problemas no setor carcerário do estado. Presentes ao encontro, representantes do Tribunal de Justiça (TJMA), Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública Estadual (DPE), do Legislativo, do sistema de Segurança Pública, além de secretários de Estado.

Participaram, a presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Cleonice Freire; o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho; o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; a procuradora geral em exercício, Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro; o coordenador do Centro de Apoio Operacional (Caop) Criminal, Cláudio Cabral Marques; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo.

Pelo Ministério da Justiça, integram a comitiva a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki, e o diretor de Políticas Penitenciárias, Fabrício Neto.

**Investimentos-** O Governo do Maranhão está realizando investimentos da ordem de R\$ 131 milhões para o reaparelhamento do sistema penitenciário do estado, contemplando a construção de novas unidades



Roseana com o ministro José Eduardo Cardozo, representantes do TJ, MPMA, DPE, AL

des prisionais, medida que elevará o número de vagas.

Já está em construção um presídio de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas). Estão em obras de reforma e ampliação as unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas).

Outras medidas estão sendo tomadas pelo Governo do Estado para o reaparelhamento do sistema prisional, o que possibilitará que até dezembro de 2014 o Maranhão conte com reforço de 2.800 novas vagas, eliminando o déficit carcerário no estado.

Todo esse esforço do go-

verno visa devolver a normalidade ao sistema prisional do estado e assegurar os direitos e a integridade de seus usuários. No caso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, uma Comissão de Investigação, criada logo após as denúncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está acompanhando os trabalhos nos presídios.

Além disso, por determinação da governadora Roseana Sarney, foi criada a Diretoria de Segurança dos Presídios do Maranhão, que está atuando desde o dia 27 de dezembro de 2013, reforçando a segurança interna nas unidades prisionais da Região Metropolitana de São

Luis.

Essa ação está sendo realizada em parceria pela Polícia Militar, Força Nacional de Segurança e Agentes Penitenciários.

**Operações** - Ainda como medida para garantir tranquilidade à população de São Luís, policiais militares, civis e do corpo de bombeiros estão distribuídos em todas as regiões cidade, realizando operações em pontos estratégicos.

O Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, com apoio de homens do Batalhão de Choque, de todas as unidades e aeronaves do Grupo Tático Aéreo (GTA) também integra essa força-tarefa.

## JUDICIÁRIO

# Falta de defensores públicos preocupa presidente do TJMA

A necessidade de mais defensores públicos para atuar na defesa das partes em processos na Justiça estadual foi reafirmada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, aos membros da administração superior da Defensoria Pública do Estado (DPE).

"O trabalho dos defensores é fundamental para impulsionar o andamento

processual e observou que a carência desses profissionais concorre para o agravamento dos problemas verificados no sistema penitenciário da capital", afirmou Cleonice Freire.

A desembargadora manifestou ao defensor público-geral, Aldy Mello, o interesse do Tribunal de Justiça em apoiar o fortalecimento da Defensoria Pública. "A promoção do acesso do cidadão à Justiça e a celeridade

processual são metas prioritárias de gestão e a presença do defensor público é fundamental para solucionar a demanda judicial", justificou a magistrada.

"Nós temos uma quantidade de defensores três vezes menor em relação ao número de juízes e promotores. No último concurso realizado em 2011, foram aprovados 52 candidatos, mas é preciso que o Executivo crie os cargos e disponibilize o orçamento necessário para que eles sejam

nomeados", disse Aldy Mello.

Segundo informações da DPE, 120 defensores públicos atuam em 55 municípios do Estado do Maranhão, onde 72% da população não pode arcar com os custos da contratação de advogados para a defesa dos seus interesses. Conforme levantamento feito pelo Ministério da Justiça, seriam necessários ao menos 200 defensores para atender à demanda judicial existente.

# Chapadinha vai ganhar Centro de Conciliação do TJ

Este ano, o Tribunal de Justiça do Maranhão vai instalar também mais cinco unidades de conciliação de conflitos, três em São Luís e duas no interior do estado; instalação do núcleo foi discutida esta semana

**CHAPADINHA** - O Poder Judiciário do Maranhão vai instalar um Centro de Conciliação em Chapadinha. Será o primeiro naquele município e o 13º em funcionamento no estado. Este ano, serão instalados mais cinco centros, sendo três na capital e dois no interior.

O Centro de Conciliação de Chapadinha vai funcionar na Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), por meio de parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a instituição de ensino.

Os termos foram acertados em reunião entre o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, e a diretora de ensino da FAP, Nony Braga.

"Nossa missão institucional prevê trabalharmos unindo teoria e prática. Somos uma instituição privada, mas de responsabilidade social. Por isso, buscamos essa parceria com o Tribunal de Justiça, por entendermos que os cursos de formação devem trabalhar essa nova mentalidade, de atendimento ao cidadão", disse Nony Braga.

A FAP funciona há 10 anos e oferece os cursos de Administração, Pedagogia e Letras, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). A diretora da faculdade explicou que será pro-



A diretora da FAP, Nony Braga, e o juiz Alexandre Abreu conversam sobre a instalação de centro

to e tecnólogo em Radiologia, Educação Física e Sistema de Informações, além de licenciatura interdisciplinar em Física, Química e Matemática.

**Parceria** - O juiz Alexandre Abreu disse que, conforme a parceria, caberá à Faculdade do Baixo Parnaíba selecionar conciliadores, entre estudantes e pessoas da comunidade, além de disponibilizar a infraestrutura para funcionamento do Centro de Conciliação.

O TJMA ficará responsável pelo curso de formação dos conciliadores, disponibilização do sistema de agendamento de audiências e homologação judicial dos acordos que vierem a ser firmados no centro.

Os centros de conciliação recebem demandas pré-processuais e processuais passíveis de solução conciliatória por meio de efetivas propostas de acordo. Têm a finalidade de orientar a comunidade e promover audiências de conciliação e mediação.

O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Con-

sensuais de Solução de Conflitos lembrou que os centros são voltados para o cidadão que busca o Judiciário para solucionar litígios.

Segundo o magistrado, há também empresas que demandam na Justiça, por isso o TJMA está mantendo parcerias com entidades, como Associação Comercial e Industrial e Federação das Indústrias para instalação de centros que atendam também essa demanda.

**Proposta** - Alexandre Abreu explicou ainda que a proposta da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, é de que o núcleo tenha representações nas diversas regiões do estado.

Atualmente, os representantes são todos magistrados da capital. O presidente do núcleo é o desembargador José Luiz Almeida. Na capital, a população conta com centros de conciliação no Fórum Desembargador Sarney Costa, Uniceuma I e II, Centro (Rua do Egito) e Faculdade Cândido Mendes (Facam).

Este ano serão instalados também no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema) e Universidade Dom Bosco (UNDB-Renascerça).

## Mais

**No interior** do estado do Maranhão há centros em Imperatriz (2), Caxias (2), Bacabal (2) e Balsas (1). A previsão é de instalar este ano mais um centro em Timon e outro em Imperatriz, com parceria da Associação Comercial e Industrial do município.

tolado no ministério pedido de criação dos cursos de Direi-

# Consulta Processual entra em funcionamento na Comarca de Timon

Consultas de processos poderão ser realizadas nas dependências do fórum nos dias úteis

**TIMON** - Entrou em funcionamento segunda-feira (6), na Comarca de Timon, o Setor de Consulta Processual. A novidade visa à modernização do serviço de atendimento às partes e advogados. O setor foi criado para dar mais agilidade aos atendimentos em balcão de secretaria, pois permite que a parte interessada já chegue até a secretaria da vara ou juizado com o extrato do processo em mãos.

As consultas de processos

na comarca poderão ser realizadas nas dependências do Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves, durante os dias úteis, no período das 8h às 18h.

O serviço fornece extrato e/ou informação de processos extraídos dos Sistemas Themis PG (Justiça Comum e Juizado Especial) e Projudi (Juizado Especial), apenas a advogados e partes vinculados aos autos.

"O atendimento de partes e advogados em balcão das secretarias das unidades judiciais do Fórum de Timon deve ser precedido do atendimento no Setor de Consulta Processual. Isso vai acelerar nosso trabalho", ressaltou o juiz Rogério Monteles.

## **Ações I**

A governadora Roseana Sarney detalhou ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, as ações já desenvolvidas pelo Governo do Estado para o reaparelhamento do sistema prisional do estado.

Na mesa de reunião, também representantes do Tribunal de Justiça (TJMA), Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública Estadual (DPE), do Legislativo, do Sistema de Segurança Pública, além de secretários de Estado.

Nenhuma ação foi contestada.

## **Ações II**

Roseana Sarney e José Eduardo Cardozo avisaram que as 10 ações anunciadas na entrevista seriam dissecadas na continuação da reunião, que não teve hora para terminar.

Entre as medidas, a criação do Comitê de Ações Integradas - que será presidido pela governadora.

É esse comitê que vai garantir a aplicação das medidas.

## **Ações III**

José Eduardo Cardozo defendeu as medidas argumentando que as medidas que serão adotadas no Maranhão já foram praticadas em outros estados.

Roseana Sarney, por sua vez, garantiu que o Estado vai fazer a sua parte.

Os dois encerraram as negociações afinados.

# Estado e União se unem para solucionar a crise carcerária

**1** Criação do Comitê de Ações Integradas, a ser presidido pela governadora Roseana Sarney

**2** Remoção de detentos de Pedrinhas para presídios federais de segurança máxima

**3** Auxílio da Força Nacional, que já está no Maranhão e deverá continuar até o fim de fevereiro.

Estas e outras oito ações a serem executadas pelos governos federal e estadual no sistema carcerário do Maranhão foram definidas ontem em reunião entre a governadora Roseana Sarney e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. **Geral 5**



Com autoridades, o ministro José Eduardo Cardozo e a governadora Roseana Sarney discutem medidas para o sistema carcerário do Maranhão

## Roseana e Eduardo Cardozo definem medidas para o sistema carcerário

A governadora e o ministro da Justiça definiram 11 medidas - entre elas a criação do Comitê de Ações Integradas - que serão executadas em parceria dos governos federal e estadual para solucionar os problemas no sistema carcerário do Maranhão

**A** governadora Roseana Sarney se reuniu com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na tarde de ontem, no Palácio dos Leões, em São Luís. No encontro, com presença de representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Legislativo, foram definidas medidas a serem executadas, em parceria, pelos Governos Federal e do Estado para a solução dos problemas no sistema carcerário do estado. Entre elas, estão a criação do Comitê de Ações Integradas - que será presidido pela governadora Roseana -; a remoção de presos para presídios federais de segurança máxima e a realização de mutirão das defensorias públicas e do plano de ação integrada de inteligência e segurança nacional.

"A parceria com o Governo Federal vai contribuir para solucionarmos a crise do sistema penitenciário. O governo já está investindo recursos na ordem de R\$ 131 milhões para reforçar o sistema, com a construção e reaparelhamento das unidades já existentes. Além disso, estamos atentos à segurança nos nossos presídios e, para isso, estabelecemos algumas medidas, como a

Roseana Sarney ressaltou que o Governo do Estado já tem realizado ações efetivas de ressocialização para a melhoria do sistema. "Criamos o núcleo de atendimento a mulher e às famílias, a recolocação dos presos de Pedrinhas, assistência em saúde, inclusive odontológica, capacitação dos presos. Todas essas são ações firmes para que não volte a acontecer atos de violência dentro dos presídios", completou.

Presentes ao encontro, representantes do Tribunal de Justiça (TJMA), Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública Estadual (DPE), do Legislativo, do sistema de Segurança Pública, além de secretários de Estado. Participam, a presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Cleonice Freire; o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho; o defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho; a procuradora-geral em exercício, Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro; o coordenador do Centro de Apoio Operacional (Caop) Criminal, Claudio Cabral Marques, e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo.

**Investimentos** - O Governo do Maranhão está realizando investimentos da ordem de R\$ 131 milhões, por meio do Programa Viva Maranhão, para o reaparelhamento do sistema penitenciário do estado, contemplando a construção de novas unidades prisionais, medida que elevará o número de vagas.

Já está em construção um presídio de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas). Estão em obras de reforma e ampliação as unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Até dezembro, o Maranhão deverá contar com reforço de 2.800 novas vagas, eliminando o déficit carcerário no estado.

Além disso, por determinação da governadora Roseana Sarney, foi criada a Diretoria de Segurança dos Presídios do Maranhão, que está em atuação desde o dia 27 de dezembro de 2013, reforçando a segurança interna nas unidades prisionais da Região Metropolitana de São Luís. A ação está sendo realizada em parceria pela Polícia Militar, Força Nacional de Segurança e Agentes Peni-

O Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, com apoio de homens do Batalhão de Choque e de todas as unidades e aeronaves do Grupo Tático Aéreo (GTA), também integra essa força-tarefa.

**Ações em andamento** - Entre as obras e ações realizadas pelo Governo do Maranhão, para a reformulação do sistema penitenciário, está a criação da Diretoria de Segurança dos Presídios do Maranhão, criada por determinação da governadora Roseana Sarney. O novo departamento, que está sob o comando de um oficial da PM, integra o organograma funcional do sistema carcerário, reforçando o trabalho já realizado pelas Diretorias Geral e Administrativa.

E por meio do Programa Viva Maranhão, que tem recursos no valor de R\$ 131 milhões para investimento nas 32 unidades prisionais do estado, o governo está investindo na construção de novas unidades e no reaparelhamento do Sistema Penitenciário.

Com esse valor, as unidades receberão armamentos, portais detectores de metal, esteiras de raio-x, estações de rádio, coletes, algemas e veículos. Além disso, o sistema prisional terá o reforço de sete novos presídios nos municípios de Pinheiro, Brejo, Santa Inês, Timon, São Luís, Riachão e Coroatá, este último já em fase de construção.

Outros dois presídios, com re-

criação do Comitê Gestor Integrado, comandado por mim, para, prontamente, dar respostas ao povo do Maranhão”, ressaltou a governadora.

O ministro Eduardo Cardozo lembrou que o problema é nacional. Ele ressaltou que o Governo Federal segue uma linha de atuação de ajuda aos estados que passem por situações problemáticas no setor da segurança e citou exemplos.

“Em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas, o Ministério da Justiça atuou em parceria com os governos obtendo resultados satisfatórios e, aqui no Maranhão, teremos 11 procedimentos de atuação, formando um plano concreto para enfrentar os problemas”, contou o ministro, que detalhou as medidas durante entrevista coletiva.

## Número

# 131 milhões

é o montante do investimento no sistema penitenciário do MA

Também presentes os secretários de Estado Aluísio Mendes (Segurança Pública), Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária), João Abreu (Casa Civil) e Luiza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania). Pelo Ministério da Justiça, integram a comitiva a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki; e o diretor de Políticas Penitenciárias, Fabrício Neto.

tenciários.

Todas essas ações têm sido desenvolvidas para devolver a normalidade ao sistema prisional do estado e assegurar os direitos e a integridade de seus usuários. No caso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, uma Comissão de Investigação, criada logo após as denúncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está acompanhando os trabalhos nos presídios.

**Operações** - Ainda como medida para garantir tranquilidade à população de São Luís, policiais militares, civis e do corpo de bombeiros estão distribuídos em todas as regiões cidade, realizando operações em pontos estratégicos.

ursos do DEPEN-MJ, nos municípios de Imperatriz e São Luís Gonzaga, estão com aproximadamente 80% dos serviços concluídos.

Em Balsas, Pedreiras, Açailândia, Coroatá e Codó, as unidades prisionais tiveram recursos do Tesouro Estadual destinados para a reforma e ampliação. Nessas unidades, os processos estão em fase de expedição de documentação fundiária e de licença ambiental para a realização de processo licitatório. O Centro de Detenção de Pedrinhas (Cadet) tem 80% da obra já concluída.

**Força Nacional** - Outra parceria feita com a Secretaria de Segurança visa à qualificação dos guardas municipais para atuarem de forma conjunta com os policiais militares. Convênios operacionais desse tipo já foram celebrados com a Prefeitura de Lago da Pedra, no qual os guardas municipais saem em dupla com os militares. Além do treinamento, a SSP disponibilizará para a cidade equipamentos de uso não letal.



Roseana destaca a parceria com o Governo Federal para solucionar a crise no sistema penitenciário



Eduardo Cardozo disse que o Governo Federal já atuou em outros estados que enfrentaram problemas



A reunião no Palácio do Planalto contou a participação de representantes de diversas entidades

## Medidas a serem desenvolvidas

Editoria de Arte



### Os Governos do Estado e Federal realizarão uma série de medidas em prol da Segurança Pública no Maranhão, são elas:

- 1. Criação do Comitê de Ações Integradas**  
Será composto pelos três poderes do Estado do Maranhão - Poder Executivo, Legislativo e Judiciário - e também pelas Polícias Civil e Militar, o Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), entre outros, com o objetivo de integrar as ações de todos os órgãos. A governadora Roseana Sarney será a presidente do Comitê.
- 2. Remoção de Presos**  
O Ministério Justiça já ofereceu ao Governo do Maranhão vagas em presídios federais de Segurança Máxima para receber presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. A remoção deverá acontecer em breve.
- 3. Mutirão das Defensorias Públicas**  
A ação vai reunir defensores públicos do Maranhão e Federal - e poderá contar com auxílio de defensorias de outros estados também - para analisar caso a caso, verificando as penas e se o apenado tem direito à progressão. Com isso, pretende-se respeitar o direito dos presos e corrigir possíveis irregularidades, como pessoas presas além do tempo estipulado na pena. Além disso, o mutirão deve contar com juizes e promotores para o trabalho seja o mais célere possível.
- 4. Auxílio da Força Nacional**  
A Força Nacional já está no Maranhão e deve continuar no estado até o fim de fevereiro, a medida visa dar apoio ao sistema prisional maranhense.
- 5. Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional**  
O plano vai criar procedimentos internos nos presídios, e a inteligência prisional vai detectar as infrações existentes nos locais, com a existência de

celulares e televisões. O plano é integrado para que as ações de segurança do Maranhão sejam discutidas em conjunto.

- 6. Construção de Unidades Prisionais**  
O Governo do Maranhão já tem em fase de conclusão várias unidades prisionais, como a de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas), e a reforma e ampliação das unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Com isso, será possível por em prática um plano de realocação prisional, evitando conflitos entre os internos.

- 7. Núcleo para famílias**  
O núcleo de atendimento para as famílias dos presos vai ser criado com o objetivo de fornecer serviços relacionados ao sistema prisional e informações gerais, garantindo mais conforto no atendimento aos parentes de presos.

- 8. Saúde Prisional**  
O setor de saúde prisional terá verbas destinadas para que os presos tenham atendimento de médicos e enfermeiros. O ministro Cardozo ressaltou que o Ministério vai ajustar o plano de saúde para que o preso do Maranhão tenha acesso a esse serviço.

- 9. Capacitação**  
As forças policiais terão apoio para capacitação, de forma a desenvolver um plano de atendimento.

- 10. Penas alternativas**  
Outra ação que deve ser desenvolvida por meio da parceria entre o Governo Federal e o Estadual é a implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico.

- 11. Integração entre Poder Judiciário e Ministério Público**

“

A parceria com o Governo Federal vai contribuir para solucionarmos a crise do sistema penitenciário. O governo já está investindo recursos na ordem de R\$ 131 milhões para reforçar o sistema, com a construção e reaparelhamento das unidades já existentes”

Roseana Sarney, governadora do Estado

“

Em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas, o Ministério da Justiça atuou em parceria com os governos obtendo resultados satisfatórios e, aqui no Maranhão, teremos 11 procedimentos de atuação, formando um plano concreto para enfrentar os problemas”

Eduardo Cardozo, ministro da Justiça

- **O desembargador** Froz Sobrinho fez um balanço positivo das atividades da unidade que comanda no Judiciário e que cuida da situação nos presídios.

**AGORA FOI QUE LASCOU!**

# MARANHÃO SOFRERÁ INTERVENÇÃO FEDERAL



Ontem a governadora Roseana Sarney esteve reunida com o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e representantes do TJ, MPMA, DPE, AL e do sistema de Segurança

PÁGINA 5

PELANDO LEÕES

*A governadora Roseana Sarney e representantes da cúpula da segurança do Estado participaram ontem, (9), no Palácio dos Leões, de reunião com o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo para discutirem o caos no sistema carcerário do Maranhão. A intervenção federal no Estado não está descartada.*

# MPF vai fazer pedido de intervenção federal no MA

O pedido de intervenção federal no Maranhão, após a morte de 62 detentos no presídio de Pedrinhas, está praticamente pronto no Ministério Público Federal. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, avalia em que termos seria feito o pedido e qual o melhor momento para encaminhar o processo ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No final do ano passado, Janot encaminhou pedido de informações ao governo do Maranhão depois da morte de 62 presos. De acordo com integrantes do MP, as explicações repassadas pelo governo estadual, com promessas de construção de novos presídios nos próximos meses, não indicam uma solução urgente para o caso de Pedrinhas.

A alternativa, na visão do MPF, seria a intervenção. Caso faça o pedido nas próximas semanas, uma decisão liminar sobre o caso caberia à ministra Cármen Lúcia, que estará na presidência do STF até a próxima semana, ou ao ministro Ricardo Lewandowski, que assume o comando



da casa no dia 20.

Uma análise dos mais de 5 mil pedidos de intervenção federal que foram negados ou estão paralisados no STF há anos mostram que dificilmente a Corte autorizará a intervenção do governo federal no Maranhão.

Em caso semelhante, em 2008, o Ministério Público pediu intervenção federal em Rondônia. O presídio de Urso Branco apresentava quadro semelhante ao encontrado no Maranhão há anos - superlotação, mortes de presos e violações a direitos humanos.

O pedido feito pelo então procurador-geral da República, Antonio Fernando, tramita até hoje, sem decisão, no STF.

Em outros casos, o Supremo negou pedidos de intervenção feitos porque governos estaduais não pagavam os precatórios judiciais. No mais recente dos casos, o Ministério Público pediu a intervenção federal no Distrito Federal. Na época, investigações revelaram um esquema de pagamento de mesada a deputados distritais, escândalo que levou à queda do governador à época, José Roberto Arruda,

e de seu vice, Paulo Octávio. Apesar disso, o STF negou o pedido de intervenção.

Os votos proferidos em todos esses casos mostram que o tribunal considera a intervenção uma medida excepcional. E lembram os ministros que a Constituição estabelece como regra a não intervenção - "A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal", determina o artigo 34. A intervenção poderia ser decretada, excepcionalmente, para assegurar os "direitos da pessoa humana".

(UOL NOTÍCIAS)

**FOGO FAMILIAR**

# **Desembargadora Nelma Sarney acusa TV Mirante de manipular entrevista**

PÁGINA 3

## Desembargadora acusa TV Mirante de manipular entrevista

**NOTA AOS JUÍZES DO  
MARANHÃO** - Tendo em vista  
reportagem veiculada no Jor-  
nal do Maranhão 2ª edição, da  
TV Mirante, de 08 de janeiro,  
especificamente no que trata  
da entrevista da corregedora-

-geral da Justiça do Maranhão,  
desembargadora Nelma Sar-  
ney, acerca da crise no Siste-  
ma Carcerário do Maranhão, a  
corregedora faz os seguintes  
esclarecimentos aos juízes do  
Maranhão e à sociedade:

**1** O trecho da entrevista veiculado na reportagem não corresponde ao contexto em que a mesma foi concedida;

**2** O foco da entrevista era informar que medidas concretas a Corregedoria Geral da Justiça já havia adotado com o fim de contribuir para a solução da crise no sistema prisional. Ao contrário do que foi veiculado na reportagem, em nenhum momento a corregedora-geral da Justiça assumiu ou atribuiu ao Poder Judiciário, nem a qualquer de seus membros, a responsabilidade pela causa da superpopulação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas;

**3** Outros dois pontos abordados trataram da possibilidade de transferência de presos para presídios federais e sobre a superpopulação carcerária. Quanto à transferência, foi afirmado que essa é uma medida a ser adotada pela Secretaria de Administração Penitenciária e pelos juízes competentes para cada caso, considerando a autonomia que estes têm para decidir sobre a questão;

**4** A Corregedoria da Justiça esclarece que a superpopulação carcerária é consequência da falta de vagas nas unidades prisionais para atender o quantitativo de presos. Reforça que o problema se agrava pela ausência de mais de duas mil vagas no Sistema Penitenciário e pela falta de unidades prisionais em todo Estado, ficando a população carcerária concentrada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital. Enfatiza que a política carcerária, hoje, no Brasil fere o Pacto da São Jose da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário desde 1992, e a nossa Constituição Federal.

**5** A corregedora-geral da Justiça desde o início da crise vem se manifestando solidária em apoiar as instituições envolvidas em solucionar o problema carcerário, promovendo, inclusive, reuniões interinstitucionais para discussão e solução da problemática.

**6** Destaca que a condição provisória dos presos não é ilegal e que a soltura, indiscriminada, dos presos, ainda que provisórios, podem colocar em risco o próprio povo maranhense.

**7** A desembargadora Nelma Sarney reforça que os magistrados vêm cumprindo efetivamente o seu papel institucional no sentido de garantir a paz social, fato comprovado pelos mais de onze mil mandados de prisão emitidos pelos juízes e ainda não cumpridos pelas forças policiais.

**8** A Corregedoria Geral da Justiça comunica que todas as medidas já adotadas foram comunicadas à Corregedoria Nacional da Justiça - CNJ.

**9** Por fim, a corregedora-geral destaca seu apoio incondicional e confiança nos juízes do Maranhão, reforçando que seu objetivo maior é a valorização dos magistrados nos aspectos de segurança, saúde e infraestrutura, visando a garantir melhor prestação dos serviços à sociedade.

São Luís (MA), 09 de janeiro de 2014

**Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa**  
Corregedora-geral da Justiça

## Falta de defensores públicos preocupa presidente do TJ

A necessidade de mais defensores públicos para atuar na defesa das partes em processos na Justiça estadual foi reafirmada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, aos membros da administração superior da Defensoria Pública do Estado (DPE).

Em visita ao TJMA, o chefe da DPE, acompanhado da subdefensora-geral, Mariana Almeida e da corregedora-geral, Fabíola Barros, solicitou o apoio do Poder Judiciário no sentido de garantir, junto o Poder Executivo estadual, a criação de mais vagas no quadro de pessoal da Defensoria e destinação integral da verba

orçamentária anual de 1,5% da receita corrente líquida do orçamento do Estado para a instituição, conforme a LDO.

A presidente do TJMA disse que o trabalho dos defensores é fundamental para impulsionar o andamento processual e observou que a carência desses profissionais concorre para o agravamento dos problemas verificados no sistema penitenciário da capital.

A desembargadora manifestou ao defensor-chefe o interesse do Tribunal de Justiça em apoiar o fortalecimento da Defensoria Pública. "A promoção do acesso do cidadão à Justiça e a celeridade processual são metas prioritárias de gestão e a pre-

sença do defensor público é fundamental para solucionar a demanda judicial", justificou a magistrada.

"Nós temos uma quantidade de defensores três vezes menor em relação ao número de juízes e promotores. No último concurso realizado em 2011, foram aprovados 52 candidatos, mas é preciso que o Executivo crie os cargos e disponibilize o orçamento necessário para que eles sejam nomeados", disse Aldy Mello.

Segundo informações da DPE, 120 defensores públicos atuam em 55 municípios do Estado do Maranhão, onde 72% da população não pode arcar com os custos da contratação de advogados para

a defesa dos seus interesses. Conforme levantamento feito pelo Ministério da Justiça, seriam necessários ao menos 200 defensores para atender à demanda judicial existente.

Por conta da deficiência do quadro de defensores, em quase 80% das comarcas o Poder Judiciário não conta com os serviços da Defensoria Pública na solução das demandas judiciais, o que provoca o retardamento na tramitação dos processos.

A reunião foi acompanhada pelo desembargador José Bernardo, que participou da discussão sobre a necessidade de criação de ampliação da estrutura da DPE em direção ao interior do Estado.

Página 11

POLÍCIA

## Procurador Rodrigo Janot decide pedir intervenção federal no MA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, decidiu que irá pedir intervenção federal no estado, segundo autoridades que conversaram com o procurador.

# Procurador Rodrigo Janot decide pedir intervenção federal no MA

Segundo interlocutores, Janot vai enviar pedido para o STF nos próximos dias

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que estava analisando as denúncias de violação dos direitos humanos nos presídios do Maranhão, decidiu que irá pedir intervenção federal no estado, segundo autoridades que conversaram com o procurador. Nos próximos dias, Janot irá enviar o pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pela decisão final. O presidente da Corte, Joaquim Barbosa, terá de relatar o processo, que depois é levado a julgamento pelo plenário do Supremo. Oficialmente, a assessoria de Janot afirma que ele ainda está analisando o caso e que não há prazo para tomar a decisão.

A ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, que tomou conhecimento das atrocidades praticadas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas em meados de de-



Procurador-geral da República, Rodrigo Janot

zembro passado, foi vetada pela governadora Roseana Sarney de ir ao Maranhão tratar o assunto. Hoje ela coordena reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) para debater a crise de segurança no Maranhão.

Enquanto isso, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, está em São Luís, a pedido da presidente Dilma Rousseff, para tratar a permanência da Força Nacional de Segurança no complexo e a transferência de presos para unidades federais fora do Maranhão.

Em dezembro, Rodrigo Janot havia enviado ofício à governadora Roseana Sarney, pedindo informações atualizadas sobre a situação do sistema carcerário do estado. Após análise das informações e o do agravamento da crise, com mais mortes no início deste ano, Janot decidiu ser necessário pedir a intervenção federal no estado no STF.

Segundo as regras da Corte, a intervenção federal afasta temporariamente a, autonomia

do estado. O Presidente do Supremo é o relator dos pedidos de intervenção federal e, antes de levar o processo a julgamento, ele pode tomar providências que lhe pareçam adequadas para tentar resolver o problema administrativamente. Caso avale que isso não é possível, o processo prossegue, sendo ouvida a autoridade estadual e o procurador-geral da República. Depois, o processo é levado a plenário.

Julgado precedente o pedido, o presidente do Supremo deve comunicar a decisão aos órgãos do Poder Público interessados e requisitar a intervenção ao presidente da República, que deverá, por me

io de um decreto, determinar a medida. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução, será apreciado pelo Congresso Nacional em 24 horas. Nos casos de desobediência à decisão judicial ou de representação do procurador-geral da República, essa apreciação fica dispensada.

Somente no ano passado, 50 pessoas morreram em um único presídio - o Complexo Penitenciário de Pedrinhas -, em São Luís, capital do estado. Na terça-feira passada, um conflito entre membros da mesma facção no Centro de Detenção Provisória resultou na morte de cinco presos. Três deles foram decapitados. No final do ano, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidido por Janot, e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), presidido pelo ministro Joaquim Barbosa, enviaram representantes aos presídios do Maranhão para realizar uma inspeção.

#### **AMB é contra 'transferência de responsabilidade' do estado**

O presidente em exercício da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Missias de Moraes, atribui a violência e a crise no sistema penitenciário maranhense à falta de investimentos e políticas públicas no setor. Ele afirma ser contra a inter-

venção no estado.

"A AMB se solidariza com a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) e com a presidência do Tribunal de Justiça (TJMA) contra a tentativa de transferência de responsabilidade que o governo daquele estado procura realizar neste momento de crise", afirmou.

Em nota divulgada nesta quinta-feira, Moraes diz que faltam mais de 2,5 mil vagas no sistema carcerário do estado. Segundo ele, o estado é o que tem a menor taxa de encarceramento do país, o que mostra que faltam vagas e que não há excesso de presos.

"O Banco Nacional de Mandados de Prisão, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, informa que existem 5.539 mandados expedidos pela justiça maranhense aguardando cumprimento, o que demonstra, além da ineficiência do aparato de segurança estadual, que o déficit de vagas seria muito maior, caso tais mandados fossem cumpridos", afirmou, em nota.

**Fonte: O Globo**

## EM DESTAQUE

# Iniciativas do Judiciário para melhoria do sistema carcerário

O coordenador geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho, afirmou que o Poder Judiciário vem intensificando uma atuação direta para agilizar e minorar a situação de presos provisórios e definitivos do Estado.

"A realização de mutirões carcerários nos anos de 2006, 2010, 2011 e em 2013, sob coordenação do próprio Tribunal de Justiça, propiciou análises judiciais de 14.800 processos criminais, diminuição do tempo para julgamento de presos provisórios, bem como concessão de benefícios penais", ressalta.

Segundo Froz, houve diminuição da taxa de encarceramento de 91,06 presos por 100 mil habitantes em 2010 para 80,84 presos por 100 mil habitantes em 2013, como fruto do trabalho do Tribunal de Justiça na efetivação dos direitos da população carcerária.

"A criação da UMF - primeira e única no âmbito dos tribunais brasileiros - demonstra que o Judiciário maranhense procura dar mais eficiência e agilidade em seus processos e procedimentos. Sua atuação é imprescindível para o melhoramento processual da execução penal no Estado, ainda que suas atribuições sejam limitadas, não abarcando, nem substituindo as do Poder Executivo, que como é sabido é o titular direto da administração penitenciária", frisa o magistrado.

Ele diz que as atividades desenvolvidas pela UMF são diversas, todas relacionadas as questões carcerárias e os projetos elaborados e desenvolvidos pela Unidade estão alinhados ao planejamento Estratégico do Tribunal e as determinações do Conselho Nacional de Justiça.

"As ações e intermediações realizadas pela UMF envolvem diversos setores, notadamente pela relação de parceria mantida ao longo do exercício anterior com o Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública, sociedade civil, associações, sindicatos e sociedades empresariais", explica.

Para o desembargador, o aperfeiçoamento dos sistemas processuais do Tribunal, a virtualização dos processos de execução penal, abertura de procedimentos administrativos para apuração dos casos de mortes e fugas, o apoio à criação e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) no Estado, evidenciam a atuação intensa e específica do Judiciário, por intermédio da UMF.

O magistrado salienta que através do Programa Começar de Novo em parceria com outras instituições, a UMF realizou semanas de documentação em unidades prisionais de cinco municípios, possibilitando a emissão de 1.154 documentos pessoais de apenados, além de acompanhar ações realizadas por outras instituições na área da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, com 87 apenados beneficiados.

"No campo da saúde mental dos encarcerados, realizamos o acompanhamento das medidas de segurança através de visitas a hospitais e clínicas psiquiátricas para articulação da rede de atenção em saúde mental, fortalecimento do núcleo de perícias psiquiátricas, bem como intensificamos neste ano o acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei", assinala.

## DIÁLOGO

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, recebeu a diretoria do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus) para tratar de uma pauta de reivindicações da classe relacionadas à reposição de perdas salariais, atualização de benefícios sociais e da carreira dos servidores. Entre outras propostas, o presidente do Sindjus, Aníbal Lins, solicitou a mudança da data-base de negociação salarial dos servidores, do mês de março para janeiro; a atualização dos valores dos auxílios sociais de alimentação e saúde e a aplicação do percentual de 11,98% (URV) sobre o valor da produtividade dos oficiais de Justiça e comissários, tendo em vista não terem sido contemplados com a correção das verbas concedida aos servidores em geral.

## REIVINDICAÇÕES

Com base em decisão do Supremo Tribunal Federal, o Sindicato tratou da regulamentação do direito à aposentadoria especial para os oficiais de Justiça e pleiteou a extensão do benefício aos outros profissionais com atividades sujeitas aos riscos de insalubridade e periculosidade. Também solicitou que fosse submetida à análise e parecer da direção do Tribunal o projeto de um novo Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) elaborado pelo Sindicato em 2013, que deverá ser reapresentado. A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, informou aos sindicalistas que instituiu um calendário de pagamento dos salários, a vigorar a partir de fevereiro deste ano, que prevê as datas de pagamento ao longo do ano, de modo a permitir ao Tribunal viabilizar o cumprimento dos benefícios em favor do servidor.

# Pacote para presídios

**Criação de Comitê de  
Ações Integradas**

**Remoção para  
presídios federais**

**Mutirão das  
Defensorias Públicas**

**Auxílio da Força  
Nacional**

**Plano de inteligência  
interna**

DEIVALDO FURTADO/SEMCOMUNICAÇÃO



Um encontro entre a governadora Roseana Sarney e o ministro da Justiça, Eduardo Cardoso, acompanhado por representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa e secretários estaduais, definiu pacote de medidas para conter e superar a crise do sistema carcerário do Maranhão.

URBANO 2

**Construção de  
unidades prisionais**

**Núcleo para  
famílias de presos**

**Saúde Prisional  
para detentos**

**Capacitação das  
forças policiais**

**Adoção de penas  
alternativas**

## CÁRCERE

# Anunciado plano contra crise

Governadora Roseana Sarney e o ministro Eduardo Cardozo, em reunião, definiram pacote de medidas para o sistema carcerário no estado

**A** governadora Roseana Sarney se reuniu com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na tarde de ontem, no Palácio dos Leões, em São Luís. No encontro, com presença de representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Legislativo, foram definidas medidas a serem executadas, em parceria, pelos governos federal e do estado para a solução dos problemas no sistema carcerário do estado. Entre elas, estão a criação do Comitê de Ações Integradas - que será presidido pela governadora Roseana -, a remoção de presos para presídios federais de segurança máxima, a realização de mutirão das defensorias públicas e do plano de ação integrada de inteligência e segurança nacional.



Governadora Roseana Sarney em reunião com o ministro José Eduardo Cardozo e representantes do TJ, MPMA, DPE, AL e do sistema de Segurança Nacional.

## Ações em andamento

Entre as obras e ações realizadas pelo governo do Maranhão, para a reformulação do sistema penitenciário, está a criação da Diretoria de Segurança dos Presídios do Maranhão, criada por determinação da governadora Roseana Sarney, e em atuação desde o dia 27 de dezembro, reforçando a segurança interna nas unidades prisionais da Região Metropolitana de São Luís. O novo departamento, que está sob o comando de um oficial da PM, integra o organograma funcional do sistema carcerário, reforçando o trabalho já realizado pelas Diretorias Geral

"A parceria com o governo federal vai contribuir para solucionar a crise do sistema penitenciário. O governo já está investindo recursos na ordem de R\$ 131 milhões para reforçar o sistema, com a construção e reaparelhamento das unidades já existentes. Além disso, estamos atentos à segurança nos nossos presídios e, para isso, estabelecemos algumas medidas, como a criação do Comitê Gestor Integrado, comandado por mim, para, prontamente, dar respostas ao povo do Maranhão", ressaltou a governadora.

O ministro Eduardo Cardozo lembrou que o problema é nacional. Ele ressaltou que o Governo Federal segue uma linha de atuação de ajuda aos estados que passem por situações problemáticas no setor da segurança e citou exemplos.

"Em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas, o Ministério da Justiça atuou em parceria com os governos obtendo resultados satisfatórios e, aqui no Maranhão, teremos 10 procedimentos de atuação, formando um plano concreto para enfrentar os problemas", contou o ministro, que detalhou as medidas durante entrevista coletiva.

Presentes ao encontro, representantes do Tribunal de Justiça (TJMA), Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública Estadual (DPE), do Legislativo, do sistema de Segurança Pública, além de secretários de Estado. Participam, a presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Cleonice Freire; o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fisca-

lização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho; o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; a procuradora geral em exercício, Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro; o coordenador do Centro de Apoio Operacional (Caop) Criminal, Claudio Cabral Marques; e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo.

Também presentes os secretários de Estado Aluísio Mendes (Segurança Pública), Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária), João Abreu (Casa Civil) e Luiza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania). Pelo Ministério da Justiça, integram a comitiva a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki; e o diretor de Políticas Penitenciárias, Fabrício Neto.

## Investimentos

O governo do Maranhão está realizando investimentos da ordem de R\$ 131 milhões, por meio do Programa Viva Maranhão, para o reaparelhamento do sistema penitenciário do estado, contemplando a construção de novas unidades prisionais, medida que elevará o número de vagas.

Já está em construção um presídio de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas). Estão em obras de reforma e ampliação as unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250

vagas). Até dezembro, o Maranhão deverá contar com reforço de 2.800 novas vagas, eliminando o déficit carcerário no estado.

Além disso, por determinação da governadora Roseana Sarney, foi criada a Diretoria de Segurança dos Presídios do Maranhão, que está em atuação desde o dia 27 de dezembro de 2013, reforçando a segurança interna nas unidades prisionais da Região Metropolitana de São Luís. A ação está sendo realizada em parceria pela Polícia Militar, Força Nacional de Segurança e Agentes Penitenciários.

Todas essas ações têm sido desenvolvidas para devolver a normalidade ao sistema prisional do estado e assegurar os direitos e a integridade de seus usuários. No caso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, uma Comissão de Investigação, criada logo após as denúncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está acompanhando os trabalhos nos presídios.

## Operações

Ainda como medida para garantir tranquilidade à população de São Luís, policiais militares, civis e do corpo de bombeiros estão distribuídos em todas as regiões cidade, realizando operações em pontos estratégicos.

O Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, com apoio de homens do Batalhão de Choque, de todas as unidades e aeronaves do Grupo Tático Aéreo (GTA) também integram essa força-tarefa.

e Administrativa.

E por meio do Programa Viva Maranhão, que tem recursos no valor de R\$ 131 milhões para investimento nas 32 unidades prisionais do estado, o governo está investindo na construção de novas unidades e no reaparelhamento do Sistema Penitenciário.

Com esse valor, as unidades receberão armamentos, portais detectores de metal, esteiras de Raios X, estações de rádio, coletes, algemas e veículos. Além disso, o sistema prisional terá o reforço de sete novos presídios nos municípios de Pinheiro, Brejo, Santa Inês, Timon, São Luís, Riachão e Coroatá, este último já em fase de construção.

Em Balsas, Pedreiras, Açailândia, Coroatá e Codó, as unidades prisionais tiveram recursos do Tesouro Estadual destinados para a reforma e ampliação. Nessas unidades, os processos estão em fase de expedição de documentação fundiária e de licença ambiental para a realização de processo licitatório. O Centro de Detenção de Pedrinhas (Cadet) tem 80% da obra já concluída.



## » Medidas a serem desenvolvidas

**Os governos do estado e federal realizarão uma série de medidas em prol da Segurança Pública no Maranhão, são elas:**

### **1. Criação do Comitê de Ações Integradas**

Será composto pelos três poderes do Estado do Maranhão - Poder Executivo, Legislativo e Judiciário - e também pelas Polícias Civil e Militar, o Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), entre outros, com o objetivo de integrar as ações de todos os órgãos. A governadora Roseana Sarney será a presidente do Comitê.

### **2. Remoção de Presos**

O Ministério Justiça já ofereceu ao Governo do Maranhão vagas em presídios federais de Segurança Máxima para receber presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. A remoção deverá acontecer em breve.

### **3. Mutirão das Defensorias Públicas**

A ação vai reunir defensores públicos do Maranhão e Federal - e poderá contar com auxílio de defensorias de outros estados também - para analisar caso a caso, verificando as penas e se o apenado tem direito à progressão. Com isso, pretende-se respeitar o direito dos presos e corrigir possíveis irregularidades, como pessoas presas além do tempo estipulado na pena. Além disso, o mutirão deve contar com juízes e promotores para o

trabalho seja o mais célere possível.

### **4. Auxílio da Força Nacional**

A Força Nacional já está no Maranhão e deve continuar no estado até o fim de fevereiro, a medida visa dar apoio ao sistema prisional maranhense.

### **5. Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional**

O plano vai criar procedimentos internos nos presídios, e a inteligência prisional vai detectar as infrações existentes nos locais, com a existência de celulares e televisões. O plano é integrado para que as ações de segurança do Maranhão sejam discutidas em conjunto.

### **6. Construção de Unidades Prisionais**

O Governo do Maranhão já tem em fase de conclusão várias unidades prisionais, como a de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas), e a reforma e ampliação das unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Com isso, será possível por em prática um plano de realocação prisional, evitando conflitos entre os internos.

### **7. Núcleo para famílias**

O núcleo de atendimento para as famílias dos presos vai ser criado com o objetivo

de fornecer serviços relacionados ao sistema prisional e informações gerais, garantindo mais conforto no atendimento aos parentes de presos.

### **8. Saúde Prisional**

O setor de saúde prisional terá verbas destinadas para que os presos tenham atendimento de médicos e enfermeiros. O ministro Cardozo ressaltou que o Ministério vai ajustar o plano de saúde para que o preso do Maranhão tenha acesso a esse serviço.

### **9. Capacitação**

As forças policiais terão apoio para capacitação, de forma a desenvolver um plano de atendimento.

### **10. Penas alternativas**

Outra ação que deve ser desenvolvida por meio da parceria entre o Governo Federal e o Estadual é a implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico.

### **11. Integração entre os poderes**

O objetivo é integrar o poder judiciário e o Ministério Público do Maranhão.

## Roseana Sarney trata do sistema carcerário com ministro da Justiça



Maranhão

# Roseana trata do sistema carcerário com ministro da Justiça

Geraldo Furtado



Governadora Roseana Sarney em reunião com o ministro José Eduardo Cardozo e representantes do TJ, MPMA, DPE, AL e do sistema de Segurança

A governadora Roseana Sarney se reúne neste momento com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no Palácio dos Leões (Centro). No encontro desta quinta-feira (9), os dois tratam sobre ações para o reaparelhamento do sistema prisional maranhense.

Roseana Sarney apresenta os detalhes das ações realizadas até o momento para a resolução dos problemas no setor carcerário do estado. Presentes ao encontro, representantes do Tribunal de Justiça (TJMA), Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública Estadual (DPE), do Legislativo, do sistema de Segurança Pública, além de

secretários de Estado.

Participam, a presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Cleonice Freire; o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho; o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; a procuradora geral em exercício, Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro; o coordenador do Centro de Apoio Operacional (Caop) Criminal, Claudio Cabral Marques; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo.

Pelo Ministério da Justiça, integram a comitiva a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki,

e o diretor de Políticas Penitenciárias, Fabrício Neto.

## Investimentos

O Governo do Maranhão está realizando investimentos da ordem de R\$ 131 milhões para o reaparelhamento do sistema penitenciário do estado, contemplando a construção de novas unidades prisionais, medida que elevará o número de vagas.

Já está em construção um presídio de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas). Estão em obras de reforma e ampliação as unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas).

Outras medidas estão sendo tomadas pelo Governo do Estado para o reaparelhamento do sistema prisional, o que possibilitará que até dezembro de 2014 o Maranhão conte com reforço de 2.800 novas vagas, eliminando o déficit carcerário no estado.

Todo esse esforço do governo visa devolver a normalidade ao sistema prisional do estado e assegurar os direitos e a integridade de seus usuários. No caso do Com-

plexo Penitenciário de Pedrinhas, uma Comissão de Investigação, criada logo após as denúncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está acompanhando os trabalhos nos presídios.

Além disso, por determinação da governadora Roseana Sarney, foi criada a Diretoria de Segurança dos Presídios do Maranhão, que está atuando desde o dia 27 de dezembro de 2013, reforçando a segurança interna nas unidades prisionais da Região Metropolitana de São Luís.

Essa ação está sendo realizada em parceria pela Polícia Militar, Força Nacional de Segurança e Agentes Penitenciários.

**Operações** - Ainda como medida para garantir tranquilidade à população de São Luís, policiais militares, civis e do corpo de bombeiros estão distribuídos em todas as regiões cidade, realizando operações em pontos estratégicos.

O Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, com apoio de homens do Batalhão de Choque, de todas as unidades e aeronaves do Grupo Tático Aéreo (GTA) também integram essa força-tarefa.

## Segurança

# Associação de juízes atribui crise no MA à falta de investimentos estaduais

A Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) afirmou nesta quinta-feira (9) que a crise no sistema penitenciário do Maranhão se deve à "ausência histórica de investimentos e políticas públicas nessa área", o que, segundo a entidade, gerou déficit de 2,5 mil vagas nas prisões do estado. Em nota à imprensa, a AMB critica o governo do Maranhão pelo que chamou de "tentativa de transferir" para o Judiciário a responsabilidade pelos problemas no sistema prisional. **Página 8**

## Segurança

# Associação de juízes atribui crise no MA à falta de investimentos estaduais

A Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) afirmou nesta quinta-feira (9) que a crise no sistema penitenciário do Maranhão se deve à "ausência histórica de investimentos e políticas públicas nessa área", o que, segundo a entidade, gerou déficit de 2,5 mil vagas nas prisões do estado.

Em nota à imprensa, a AMB critica o governo do Maranhão pelo que chamou de "tentativa de transferir" para o Judiciário a responsabilidade pelos problemas no sistema prisional.

"A AMB se solidariza com a Associação dos Magistrados do Maranhão e com a presidência do seu Tribunal de Justiça – TJMA – contra a tentativa de transferência de responsabilidade que o Governo daquele Estado procura realizar neste momento de crise."

Nesta quinta, reportagem do G1 mostrou que foram criadas apenas 26% das vagas previstas em in-

vestimentos federais repassados ao estado nos últimos 10 anos. Dos R\$ 52 milhões liberados pelo Ministério da Justiça, apenas R\$ 17 milhões foram empregados para criar 418 vagas, das 1.691 contratadas.

O sistema prisional do estado enfrenta uma crise que, na quarta-feira (8), motivou um pedido de apuração feito ao Brasil pela Organização das Nações Unidas (ONU). Um relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgado em dezembro apontou que, no ano passado, 59 presos foram mortos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

Nesta semana, o jornal "Folha de S.Paulo" divulgou um vídeo feito pelos próprios detentos que mostra presos decapitados nas celas. Na semana passada, uma onda de ataques na capital maranhense, deflagrada a partir de ordens emitidas por presidiários

dentro de Pedrinhas, resultou na morte de uma menina de 6 anos, que teve 95% do corpo queimado em um atentado a ônibus. Outras quatro pessoas ficaram feridas e foram internadas. Desde domingo, 20 pessoas foram presas por suspeita de envolvimento nos ataques.

Na nota, a AMB destaca que o Maranhão possui a menor taxa de prisão do país e que existem 5,53 mil mandados de prisão expedidos pela Justiça que ainda aguardam cumprimento.

"O Maranhão é o estado de menor taxa de encarceramento do país, o que confirma que o caos penitenciário não decorre do excesso de presos – definitivos ou provisórios – mas da ausência crônica de vagas, agravada pelo reduzido número de unidades prisionais no interior do estado."

A entidade diz estar indignada pelo grau de "barbárie" retratada nos vídeos

e notícias de mortes e torturas ocorridas na Penitenciária de Pedrinhas.

"Para a solução do problema do sistema penitenciário daquele estado é indispensável a realização de investimentos que aumentem o número de unidades prisionais, em especial no interior, qualifiquem os profissionais que atuam no sistema e instituem uma política consistente de ressocialização", defendeu a associação.

Em nota divulgada nesta quinta, mais cedo, o governo do Maranhão informou que enviou ao Ministério Público Federal relatório com todas obras em andamento para ampliar o número de vagas do sistema carcerário no estado e a situação de cada unidade em reforma e em construção. Chefe do Ministério Público, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, avalia pedir intervenção federal no estado.

« «

- O Poder Judiciário do Maranhão vai instalar um Centro de Conciliação na cidade de Chapadinha. Será o primeiro naquele município e o décimo terceiro em funcionamento no Estado. Ainda este ano, serão instalados mais cinco centros, sendo três na capital e dois no interior.

« «

- O Centro de Conciliação de Chapadinha vai funcionar na Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), por meio de parceria entre o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino.

*Presos são obrigados  
a escolher facção ao  
serem encarcerados  
no Maranhão*

PÁGINA 12 [C1]

## *Presos são obrigados a escolher facção ao serem encarcerados no Maranhão*

**FERNANDA ODILLA**  
DE BRASÍLIA

Reunidos na tarde de ontem (9), integrantes do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana ouviram relatos de que presos são obrigados a escolher uma facção criminosa ao serem encarcerados no Maranhão.

Dois principais grupos dividem o comando das cadeias e presídios do Estado: PCM (Primeiro Comando do Maranhão) e Bonde dos 40.

“Verificou-se, dos depoimentos dos presos, que a disposição dos mesmos ocorria de acordo com a facção criminosa, ao total arrepio das disposições legais. Os que não eram de facção, tinham que escolher uma”, afirmou a promotora Ivana Farina, do Conselho Nacional do Ministério Público, que participou de vistoria em presídios maranhenses em outubro passado.

Representantes dos conselhos nacionais do Ministério Público e da Justiça avaliaram a situação de seis unidades prisionais do Maranhão e constataram a existência de superlotação, insalubridade e graves problemas de gestão.

Ivana Farina contou que uma das prisões tinha um túnel de uma fuga que acabou frustrada, mas contava com energia elétrica e escada de acesso. “Uma obra que claramente demandou tempo para ser efeti-

vada. Ao lado do túnel presenciamos uma cela tomada de sacos com areia”, afirmou.

**TABLETS** – Numa outra unidade, homens da Força Nacional, que reforça a segurança desde outubro passado, mostraram aos integrantes do CNMP e do CNJ o resultado de três dias de apreensões: além de dinheiro, armas improvisadas e celulares, foram recolhidos até tablets.

“Isso revelou para a comitiva uma ausência total de fiscalização”, disse Ivana. Para Douglas Martins, do CNJ, há um “total descontrole”.

Ambos lamentam que o governo maranhense não atendeu às principais recomendações feitas, entre elas, fazer frente às facções criminosas e não concentrar presos do interior na capital.

A reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pela ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos), acontece nesta tarde para discutir a situação carcerária do Maranhão, em especial do complexo de Pedrinhas onde 62 presos morreram desde o ano passado. O Estado enfrenta uma grave crise de segurança dentro e fora dos presídios.

O Conselho deve discutir a divulgação de declaração pública pedindo, entre outros pontos, a não divulgação de imagens de vítimas da selvageria nos presídios e a punição imediata dos mandantes das mortes em Pedrinhas.

## Editorial

# Quem ganha com tudo isso? E o carnaval!

Uma pergunta que não quer calar, ronda a mente da sociedade. A quem interessa este caos no sistema penitenciário do Maranhão? Será que o problema está na sociedade, na polícia ou será que o buraco, ao invés de ser mais baixo, foi feito muito mais em cima do que imaginamos!!!

Com certeza, estamos à mercê das coisas ruins, até porque as notícias na imprensa em geral não escondem os verdadeiros vilões de toda esta história. No Maranhão, a briga pelo poder no sistema carcerário não vem de hoje, a bandidagem é miúda perto do poder que é comandar a Penitenciária de Pedrinhas e exercer a força sob o crime e suas facções.

Grupos políticos de determinada época, ou melhor, gestões, à frente do sistema, ditam as leis e determinam a desordem de acordo com suas necessidades, ou melhor, de acordo com suas irresponsabilidades.

O que interessa no pensamento deles são momentos de destaques nos noticiários, para que, perante a sociedade, saiam como defensores. O objetivo! Chegar ao poder através de uma nova eleição, sempre com novos nomes advindos de suas lavras de seguidores.

O carnaval de São Luís pode também ser castigado em 2014. Num período de bastante eferescência popular, os cuidados devem ser redobrados para se evitar os transtornos.

Os locais da cidade, que estão recebendo um grande fluxo de foliões, precisam de segurança e iluminação redobrada, para que os problemas que estão sendo enfrentados no sistema penitenciário não venham influenciar nas festividades, como aconteceu com o último São João, onde noites foram canceladas por conta de manifestações e desordens na cidade.

Não que seja feito isso só para o carnaval, mas sim, para uma São Luís que está entrando em parafuso com tanta falta de responsabilidade de seus governantes.

A população precisa caminhar na ruas, longe de cair numa cilada com bandidos que não respeitam mais nem crianças, ateando fogo contra tudo e contra todos, sem ao menos temer uma represália da população que pode se indignar e fazer justiça com as próprias mãos.

A população está cansada com tanta falta de respeito na cidade e buscam, em jornais, rádios, internet e TVs, alternativas para cobrar das autoridades uma atitude com relação a tudo de errado que vem acontecendo, e nada adianta, pois muitos perderam a vergonha e nem mais se preocupam com as denúncias feitas na mídia. Onde estão as autoridades do Ministério Público? Onde estão as leis?

No último fim de semana, as reclamações eram de todos os lugares. No Centro Histórico, guerra, falta de energia em toda a extensão da Praia Grande e Anel Viário, o que prejudicava sensivelmente os deslocamentos da população local e o passeio dos visitantes que chegam a toda hora, em São Luís.

O Palácio dos Leões, o Tribunal de Justiça, a sede da Prefeitura, no centro da cidade, ponto de visitação de turistas que usufruem das belezas em momentos escassos, estão perdendo mais este ponto de turismo, pois a escuridão tem tomado conta da área facilitando a vida dos bandidos que só querem um desculpa para furtar e até matarem um pai de família. Chegou a hora da verdade, a população está encurralada, vamos arregaçar as mangas e trabalhar, pois qualquer ser humano corre risco com esta situação calamitosa. Em toda família tem uma Maria, Joana, Joaquim ou José que pode sofrer com a falta de amor da bandidagem e pelo jeito é uma dor cruel!!!

# Froz Sobrinho destaca iniciativas do Judiciário para melhorar as cadeias

O coordenador geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho, afirmou que o Poder Judiciário vem intensificando uma atuação direta para agilizar e minorar a situação de presos provisórios e definitivos do Estado.

"A realização de mutirões carcerários nos anos de 2006, 2010, 2011 e em 2013, sob coordenação do próprio Tribunal de Justiça, propiciou análises judiciais de 14.800 processos criminais, diminuição do tempo para julgamento de presos provisórios, bem como concessão de benefícios penais", ressalta.

Segundo Froz, houve diminuição da taxa de encarceramento de 91,06 presos por 100 mil habitantes em 2010 para 80,84 presos por 100 mil habitantes em 2013, como fruto do trabalho do Tribunal de Justiça na efetivação dos direitos da população carcerária.

"A criação da UMF – primeira e única no âmbito dos tribunais brasileiros – demonstra que o Judiciário maranhense procura dar mais eficiência e agilidade em seus processos e procedimentos. Sua atuação é imprescindível para o melhoramento processual da execução penal no Estado, ainda que suas atribuições sejam limitadas, não abarcando, nem substituindo as do Poder Executivo, que como é sabido é o titular direto da admi-



DIVULGAÇÃO

**FROZ SOBRINHO diz que atuação da UMF é fundamental para o melhoramento processual da execução penal**

nistração penitenciária", frisa o magistrado.

Ele diz que as atividades desenvolvidas pela UMF são diversas, todas relacionadas as questões carcerárias e os projetos elaborados e desenvolvidos pela Unidade estão alinhados ao planejamento Estratégico do Tribunal e as determinações do Conselho Nacional de Justiça.

"As ações e intermediações realizadas pela UMF envolveram diversos setores, notadamente pela relação de parceria mantida ao longo do exercício anterior com o Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública, socieda-

de civil, associações, sindicatos e sociedades empresariais", explica.

Para o desembargador, o aperfeiçoamento dos sistemas processuais do Tribunal, a virtualização dos processos de execução penal, abertura de procedimentos administrativos para apuração dos casos de mortes e fugas, o apoio à criação e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) no Estado, evidenciam a atuação intensa e específica do Judiciário, por intermédio da UMF.

O magistrado salienta que através do Programa Começar de Novo em parceria com outras instituições, a UMF realizou semanas de documentação em unidades prisionais de cinco municípios, possibilitando a emissão de 1.154 documentos pessoais de apenados, além de acompanhar ações realizadas por outras instituições na área da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, com 87 apenados beneficiados.

"No campo da saúde mental dos encarcerados, realizamos o acompanhamento das medidas de segurança através de visitas a hospitais e clínicas psiquiátricas para articulação da rede de atenção em saúde mental, fortalecimento do núcleo de perícias psiquiátricas, bem como intensificamos neste ano o acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei", assinala.

**CRISE NO SISTEMA  
PRISIONAL  
NELMA SARNEY  
CONTESTA  
REPORTAGEM  
DA TV MIRANTE**

**PÁGINA 3 [C1]**

# Nelma Sarney contesta reportagem da TV Mirante e declara apoio ao trabalho da magistratura maranhense

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, encaminhou nota oficial à imprensa, contestando reportagem da TV Mirante e, ao mesmo tempo, manifestando apoio ao trabalho dos magistrados no combate à crise do sistema penitenciário do Maranhão. Na nota, a desembargadora enfatiza que a superpopulação carcerária é consequência da falta de vagas nas unidades prisionais para atender o quantitativo de presos. Ela salienta que o problema se agrava pela ausência de mais de duas mil vagas no Sistema Penitenciário e pela falta de unidades prisionais em todo estado, ficando a população carcerária concentrada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital.

Nelma Sarney fez os seguintes esclarecimentos aos juízes do Maranhão e à sociedade:

1. O trecho da entrevista veiculado na reportagem não corresponde ao contexto em que a mesma foi concedida;

2. O foco da entrevista era informar que medidas concretas a Corregedoria Geral da Justiça já havia adotado com o fim de contribuir para a solução da crise no sistema prisional. Ao contrário do que foi veiculado na reportagem, em nenhum momento a corregedora-geral da Justiça as-

sumiu ou atribuiu ao Poder Judiciário, nem a qualquer de seus membros, a responsabilidade pela causa da superpopulação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas;

3. Outros dois pontos abordados trataram da possibilidade de transferência de presos para presídios federais e sobre a superpopulação carcerária. Quanto à transferência, foi afirmado que essa é uma medida a ser adotada pela Secretaria de Administração Penitenciária e pelos juízes competentes para cada caso, considerando a autonomia que estes têm para decidir sobre a questão;

4. A Corregedoria da Justiça esclarece que a superpopulação carcerária é consequência da falta de vagas nas unidades prisionais para atender o quantitativo de presos. Reforça que o problema se agrava pela ausência de mais de duas mil vagas no Sistema Penitenciário e pela falta de unidades prisionais em todo estado, ficando a população carcerária concentrada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital. Enfatiza que a política carcerária, hoje, no Brasil fere o Pacto da São Jose da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário desde 1992, e a nossa Constituição Federal.

5. A corregedora-geral da Justiça desde o início da crise vem se

manifestando solidária em apoiar as instituições envolvidas em solucionar o problema carcerário, promovendo, inclusive, reuniões interinstitucionais para discussão e solução da problemática.

6. Destaca que a condição provisória dos presos não é ilegal e que a soltura, indiscriminada, dos presos, ainda que provisórios, podem colocar em risco o próprio povo maranhense.

7. A desembargadora Nelma Sarney reforça que os magistrados vêm cumprindo efetivamente o seu papel institucional no sentido de garantir a paz social, fato comprovado pelos mais de onze mil mandados de prisão emitidos pelos juízes e ainda não cumpridos pelas forças policiais.

8. A Corregedoria Geral da Justiça comunica que todas as medidas já adotadas foram comunicadas à Corregedoria Nacional da Justiça – CNJ.

9. Por fim, a corregedora-geral destaca seu apoio incondicional e confiança nos juízes do Maranhão, reforçando que seu objetivo maior é a valorização dos magistrados nos aspectos de segurança, saúde e infraestrutura, visando a garantir melhor prestação dos serviços à sociedade”.

*Desembargadora Nelma Celeste  
Sousa Silva Sarney Costa  
Corregedora-geral da Justiça*

## Ministro da Justiça anuncia plano contra a crise no MA

*Roseana se diz "chocada até agora" com as mortes em Pedrinhas e se irrita com pergunta sobre a família Sarney*

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou ontem, em entrevista ao lado da governadora Roseana Sarney, no Palácio dos Leões, a criação de comitê formado tanto por órgãos maranhenses como federais para tentar conter a crise no sistema penitenciário do Estado. Cardozo disse, mesmo sem apresentar números e prazos, que esse comitê buscará um plano de segurança uniforme para conter a violência nas unidades prisionais do Maranhão. Roseana disse que a violência em Pedrinhas é "algo inexplicável", e que está "chocada até agora".

**PÁGINA 2 (C1)**



**ROSEANA DISSE ESTAR "chocada até agora", e, pela expressão, o ministro Eduardo Cardozo também, com a reação dela diante de uma pergunta sobre a família Sarney**

# Ministro da Justiça anuncia comitê contra crise em prisões do Maranhão

GERALDO FURTADO



ROSEANA em reunião com o ministro Eduardo Cardozo e representantes do TJ, MPMA, DPE, AL e do sistema de Segurança

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou, ontem, em entrevista ao lado da governadora Roseana Sarney, no Palácio dos Leões, a criação de comitê formado tanto por órgãos maranhenses como federais para tentar conter a crise no sistema penitenciário do Estado.

Cardozo disse, mesmo sem apresentar números e prazos, que esse comitê buscará um plano de segurança uniforme para conter a violência nas unidades prisionais do Maranhão.

No encontro, com presença de representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Legislativo, foram definidas medidas a serem executadas, em parceria, pelos Governos Federal e do Estado para a solução dos problemas no sistema carcerário do estado. Entre elas, estão a criação do Comitê de Ações Integradas - que será presidido pela governadora Roseana -, a remoção de presos para presídios federais de segurança máxima, a realização de mutirão das defensorias públicas e do plano de ação integrada de inteligência e segurança nacional.

"A parceria com o Governo Federal vai contribuir para solu-

cionarmos a crise do sistema penitenciário. O governo já está investindo recursos na ordem de R\$ 131 milhões para reforçar o sistema, com a construção e reaparelhamento das unidades já existentes. Além disso, estamos atentos à segurança nos nossos presídios e, para isso, estabelecemos algumas medidas, como a criação do Comitê Gestor Integrado, comandado por mim, para, prontamente, dar respostas ao povo do Maranhão", ressaltou a governadora.

O ministro Eduardo Cardozo lembrou que o problema é nacional. Ele ressaltou que o Governo Federal segue uma linha de atuação de ajuda aos estados que passem por situações problemáticas no setor da segurança e citou exemplos.

"Em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas, o Ministério da Justiça atuou em parceria com os governos obtendo resultados satisfatórios e, aqui no Maranhão, teremos 10 procedimentos de atuação, formando um plano concreto para enfrentar os problemas", contou o ministro, que detalhou as medidas durante entrevista coletiva.

**Investimentos** – O Governo do

Maranhão informou que está realizando investimentos da ordem de R\$ 131 milhões, por meio do Programa Viva Maranhão, para o reaparelhamento do sistema penitenciário do estado, contemplando a construção de novas unidades prisionais, medida que elevará o número de vagas.

Também, que já está em construção um presídio de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas). Estão em obras de reforma e ampliação as unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Até dezembro, o Maranhão deverá contar com reforço de 2.800 novas vagas, eliminando o déficit carcerário no estado.

Além disso, segundo o governo, foi criada a Diretoria de Segurança dos Presídios do Maranhão, que está em atuação desde o dia 27 de dezembro de 2013, reforçando a segurança interna nas unidades prisionais da Região Metropolitana de São Luís. A ação está sendo realizada em parceria pela Polícia Militar, Força Nacional de Segurança e Agentes Penitenciários.

## MEDIDAS A SEREM DESENVOLVIDAS:

Os Governos do Estado e Federal realizarão uma série de medidas em prol da Segurança Pública no Maranhão, são elas:

### • Criação do Comitê de Ações Integradas

Será composto pelos três poderes do Estado do Maranhão – Poder Executivo, Legislativo e Judiciário – e também pelas Polícias Civil e Militar, o Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), entre outros, com o objetivo de integrar as ações de todos os órgãos. A governadora Roseana Sarney será a presidente do Comitê.

### • Remoção de Presos

O Ministério Justiça já ofereceu ao Governo do Maranhão vagas em presídios federais de Segurança Máxima para receber presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. A remoção deverá acontecer em breve.

### • Mutirão das Defensorias Públicas

A ação vai reunir defensores públicos do Maranhão e Federal – e poderá contar com auxílio de defensorias de outros estados também – para analisar caso a caso, verificando as penas e se o apenado tem direito à progressão. Com isso, pretende-se respeitar o direito dos presos e corrigir possíveis irregularidades, como pessoas presas além do

tempo estipulado na pena. Além disso, o mutirão deve contar com juízes e promotores para o trabalho seja o mais célere possível.

### • Auxílio da Força Nacional

A Força Nacional já está no Maranhão e deve continuar no estado até o fim de fevereiro, a medida visa dar apoio ao sistema prisional maranhense.

### • Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional

O plano vai criar procedimentos internos nos presídios, e a inteligência prisional vai detectar as infrações existentes nos locais, com a existência de celulares e televisões. O plano é integrado para que as ações de segurança do Maranhão sejam discutidas em conjunto.

### • Construção de Unidades Prisionais

O Governo do Maranhão já tem em fase de conclusão várias unidades prisionais, como a de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas), e a reforma e ampliação das unidades de Coratá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Com isso, será

possível por em prática um plano de realocação prisional, evitando conflitos entre os internos.

### • Núcleo para famílias

O núcleo de atendimento para as famílias dos presos vai ser criado com o objetivo de fornecer serviços relacionados ao sistema prisional e informações gerais, garantindo mais conforto no atendimento aos parentes de presos.

### • Saúde Prisional

O setor de saúde prisional terá verbas destinadas para que os presos tenham atendimento de médicos e enfermeiros. O ministro Cardozo ressaltou que o Ministério vai ajustar o plano de saúde para que o preso do Maranhão tenha acesso a esse serviço.

### • Capacitação

As forças policiais terão apoio para capacitação, de forma a desenvolver um plano de atendimento.

### • Penas alternativas

Outra ação que deve ser desenvolvida por meio da parceria entre o Governo Federal e o Estadual é a implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico.

# MP vai recomendar ao Estado medidas urgentes contra crise do sistema prisional

O corregedor-geral do Ministério Público do Maranhão, Suvamy Vivekananda Meireles, emitiu, na terça-feira (8), Recomendação aos promotores de justiça da capital que atuam nas áreas da Execução Penal, Controle Externo da Atividade Policial, Proibidade Administrativa e Direitos Humanos, para que sejam adotados procedimentos administrativos, em caráter de urgência, a fim de apurar os problemas que caracterizam a grave crise do sistema prisional do Estado do Maranhão.

Os itens que compõem o texto recomendatório foram discutidos pelo corregedor-geral em reunião da qual participaram os promotores-corregedores Valdenir Cavalcante Lima, Rosana Gonçalves, Washington Cantanhede, e os promotores Pedro Lino, Willer Siqueira Gomes e Carlos Jorge Avelar (que atuam na área da Execução Penal), José Cláudio Cabral Marques (Controle Externo da Atividade Policial) e João Leonardo Pires Leal (Proibidade Administrativa).

Na reunião, os promotores apresentaram um relatório sobre todas as medidas já adotadas pelo Ministério Público com propostas para que o Estado enfrentasse a situação. Entre as providências, está uma ação judicial de 2011, interposta pela promotora de justiça da Defesa da Cidadania, Márcia Buhatem, que objetiva melhorar as condições do sistema penitenciário. A ação está tramitando na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, concluso para sentença.

O documento prevê que seja proposta à governadora do Estado, por intermédio da procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em consonância com as exigências da Lei de Execução Penal, com o objetivo de cumprir recomendações anteriormente expedidas pelas Promotorias de Justiça de Execução Penal, bem como as “Proposições Gerais na Área do Sistema Prisional” constantes do Termo

de Compromisso proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em setembro de 2012.

Na ocasião, o governo do Estado não assinou o TAC proposto pelo CNJ, que apresentava medidas com o objetivo de “superar o quadro de rebeliões até então evidenciado e aprimorar o sistema carcerário estadual, adequando-o aos padrões estabelecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional e pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária”. O termo de ajustamento de conduta de então tomou como base relatórios de 2010 e 2011 elaborados pelo CNJ.

**Recomendações anteriores** – A Recomendação da Corregedoria acentua, ainda, que o Ministério Público do Maranhão já havia encaminhado recomendações anteriores aos gestores estaduais para enfrentar as “graves deficiências na assistência prestada ao preso e violação dos seus direitos em todas as unidades e indicando providências a adotar, inclusive para

NILSON FIGUEIREDO



**VISTA AÉREA DO CDP, unidade na qual foi registrada uma rebelião em dezembro de 2013**

prevenção de crimes”, as quais não foram cumpridas.

As Promotorias de Justiça de Execução Penal encaminharam tais proposições ao Secretário de Justiça e Administração Penitenciária do Estado no início de dezembro de 2012, com cópias reenviadas em 5 de junho de 2013. As sugestões foram elaboradas após inspeções realizadas, nos meses de setembro e outubro de 2012, nos sete estabelecimentos de presos provisórios de São Luís.

**Problema antigo** – A Recomendação do MPMA acrescenta ainda que a crise do sistema penitenciário estadual não é recente. Cita o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, de 2008, que investigou

a realidade do país no setor. Nele foram revelados aspectos dantescos dos presídios de São Luís, como a superlotação carcerária, deficiência de recursos humanos no sistema prisional, a permanência de encarcerados que já cumpriram a pena, violência, corrupção, crime organizado e suas ramificações nos presídios.

**Outras recomendações** – No documento, os promotores de justiça foram orientados também a fazer o acompanhamento e propor correções na execução das medidas, supostamente em curso, apurando eventuais irregularidades cometidas, acompanhar o trabalho da Polícia Militar no interior dos estabelecimentos prisionais, verificando o modo pelo qual se opera-

cionaliza essa atuação.

No rol de recomendações aos promotores consta ainda a proposição de medidas protetivas e assistenciais às vítimas dos crimes comandados pelas organizações criminosas, bem como aos seus familiares, e a apuração das responsabilidades criminais pelos homicídios e danos cometidos tanto dentro como fora dos estabelecimentos carcerários desde 2009, fixando prazo para a conclusão dos respectivos inquéritos.

Ao fim, a Recomendação indica que os promotores de justiça citados informem à Corregedoria Geral do MPMA e à procuradora-geral de justiça, a cada período de 30 dias, sobre todas as providências tomadas e os resultados obtidos.

# Presidente do TJ-MA ouve reivindicações de servidores

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, recebeu a diretoria do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus) para tratar de uma pauta de reivindicações da classe relacionadas à reposição de perdas salariais, atualização de benefícios sociais e da carreira dos servidores.

Entre outras propostas, o presidente do Sindjus, Aníbal Lins, solicitou a mudança da data-base de negociação salarial dos servidores, do mês de março para janeiro; a atualização dos valores dos auxílios sociais de alimentação e saúde e a aplicação do percentual de 11,98% (URV) sobre o valor da produtividade dos oficiais de Justiça e comissários, tendo em vista não terem sido contemplados com a correção das verbas concedida aos servidores em geral.

Com base em decisão do Supremo Tribunal Federal, o Sindicato tratou da regulamentação do direito à aposentadoria especial para os oficiais de Justiça e pleiteou a extensão do benefício aos outros profissionais com atividades sujeitas aos riscos de insalubridade e periculosidade. Também solicitou que fosse submetida à análise e parecer da direção do Tribunal o projeto de um novo Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) elaborado pelo Sindicato em 2013, que de-



**CLEONICE FREIRE** disse que o Tribunal está disposto a receber sugestões de servidores

verá ser reapresentado.

A presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire, informou aos sindicalistas que instituiu um calendário de pagamento dos salários, a vigorar a partir de fevereiro deste ano, que prevê as datas de pagamento ao longo do ano, de modo a permitir ao Tribunal viabilizar o cumprimento dos benefícios em favor do servidor.

Ela agradeceu a visita dos sindicalistas e disse que a gestão está disposta a ouvir as sugestões dos

servidores. "Vamos administrar juntos, porque temos um objetivo único de trabalhar em favor do Judiciário e da melhoria das condições de trabalho de todos", ressaltou a presidente.

Os sindicalistas agradeceram a receptividade na presidência e destacaram que estão confiantes na nova administração do TJ-MA. "A desembargadora Cleonice é conhecida pelo seu perfil humano e atenção às causas sociais. Acreditamos que terá sucesso em

sua administração e sensibilidade com as reivindicações dos servidores", ressaltou o presidente do Sindjus, Aníbal Lins.

O diretor-geral do Tribunal, Hebert Pinheiro, participou da discussão das propostas e deverá estudar, em conjunto com as diretorias Financeira, Administrativa e de Recursos Humanos, a viabilidade e o encaminhamento das propostas dos servidores, conforme a disponibilidade orçamentária do Tribunal.



*Eram 47, até 2010. Foram agregados 73 novos profissionais, no último triênio, de modo que o Maranhão conta, hoje, com 120 defensores. A cobertura passou de um universo de 6 para 25 comarcas, saltando de 11 para 55 municípios beneficiados pela Defensoria”, afirmou a subdefensora geral, Mariana Albano de Almeida, ao falar do crescimento da DPE/MA nos últimos três anos, em virtude da elevação do número de defensores e comarcas atendida, quando da visita realizada, em companhia do defensor geral do estado, Aldy Mello Filho e da corregedora geral da DPE/MA, Fabíola Almeida Barros, à nova presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire.*